

À

OFICIAL DO SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MACHADO/MG

Requerente: _____

CNPJ nº _____ sede: _____

Representante Legal: _____ RG nº _____

CPF nº _____ Nacionalidade: _____ Profissão: _____

estado civil: _____ filiação: _____

residente e domiciliado à _____ nº _____

apto/sala _____ bairro _____ na cidade de _____ / _____

telefone _____ e-mail: _____,

requer à V.S. que seja(m) efetuado(s) o(s) registro(s) e/ou averbação (ões) dos títulos abaixo relacionados, anexado(s) ao presente, junto à(s) matrícula(s) nº: _____

_____:

() Certidão de Casamento de _____

() Certidão Separação/Divórcio de _____

() Certidão de Óbito de _____

() Documento de Identidade de _____

() Inscrição no CPF de _____

() Certidão de: Habite-se e Baixa de construção / Demolição;

() CND/INSS / Declaração de isenção;

() Certidão de: lançamento territorial / predial / índice cadastral;

() Certidão/memorial de área, divisas e confrontações;

() Alvará de: desmembramento / remembramento / construção;

() Descaracterização de imóvel rural para urbano;

() Memorial descritivo de: perímetro georreferenciado / desmembramento / fusão

() Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - **CCIR**;

() Cadastro Ambiental Rural - **CAR**

() Requer e autoriza, ainda, todas as demais averbações julgadas necessárias, de inclusão, retificação ou atualização de dados, de natureza objetiva (referente ao imóvel), ou subjetiva (referentes aos proprietários), nas matrículas acima ou em quaisquer outras e a abertura de matrícula.

() _____

Autorizando, desde já, ao oficial a proceder todas as averbações, anotações e retificações necessárias à efetivação do pedido.

Nestes termos, pede deferimento.

Machado/MG, _____ de _____ de _____.

Certifico que o requerente assinou o presente na minha presença: _____

(Art. 928 §1º do Prov. 93/CGJ/2020)

Obs1: Quando se tratar de PJ ou procurador, anexar comprovante de legitimidade do representante do requerente. **Obs2:** documentos apresentados em cópia deverão estar autenticados;

Obs3: reconhecer a firma se não for assinado na presença de preposto do RI;

NOTA: As informações pessoais são exigidas de acordo com o Provimento nº 61, de 17/10/2017, do Conselho Nacional de Justiça, e serão processadas nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14/08/2018).